

CEE ^{Educação} acelera análise de processos

Para facilitar a elaboração do projeto de reforma do Conselho Estadual de Educação (CEE), que deverá ser apresentado em apenas 60 dias, conforme determinação do Governador Moreira Franco, duas comissões — Arbitral e de Despachos — vão acelerar a análise de inúmeros processos acumulados no órgão. Segundo a decisão tomada ontem pelos Conselheiros, cada comissão terá três integrantes, ficando a primeira encarregada de cuidar somente dos processos da Comissão de Encargos Educacionais. A Comissão de Despachos cuidará de todos os outros processos.

Também ontem, os Conselheiros decidiram que a presidência da Comissão de Encargos Educacionais — vaga desde a dissolução do CEE, no último dia 11 — será ocupada, por 60 dias e em sistema de rodízio, pelos três integrantes da Comissão Arbitral, que são o ex-Presidente do Sindicato dos Professores do Rio Robespierre Martins Teixeira, a Secretária de Educação de Itaguaí, Maria Helena Borges Trilles, e a Diretora do Departamento de Educação da Secretaria estadual de Educação, Maria Neomi de Oliveira Knorr. A Comissão de Despacho é formada pelo Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos

de Ensino, Paulo Sampaio; o Diretor de Ensino Profissionalizante do Senai, Roberto Guimarães Boclin, e o professor da Academia Nacional de Medicina José Barbosa Filho.

A criação das duas comissões foi sugerida pelo Vice-Presidente Executivo do CEE, o Vice-Reitor da Universidade Gama Filho, Ernesto de Souza Freire. Segundo ele, devido ao atraso na discussão da pauta, cerca de 50 processos dependem apenas de análise, 300 estão em tramitação e 1.200 permanecem na Comissão de Encargos Educacionais.

Por proposta do cientista político Hélio Jaguaribe, os novos membros do CEE resolveram aprovar a criação de dois grupos de trabalho. O primeiro, com o Vice-Diretor da Faculdade de Direito, Antônio Celso Alves Pereira, o Pastor José de Souza Gama e o escritor e filósofo Leandro Konder, terá 30 dias para elaborar um anteprojeto de reformulação do CEE. O segundo grupo de trabalho, com o cientista social Simon Schwartzman, o cientista político Hélio Jaguaribe e o Reitor da Uerj, Ivo Barbieri, terá 45 dias para discutir a atual situação do ensino de Primeiro Grau e as providências necessárias para melhorá-lo.

Escolas: Apaerj divulga índices falsos

A pouco mais de um mês para que deixe de vigorar o acordo sobre os reajustes nas escolas de Primeiro e Segundo Graus, o Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino, Paulo Sampaio, voltou a acusar a Associação de Pais e Alunos do Estado do Rio (Apaerj) de divulgar índices falsos, menores do que os contidos nas notificações da Curadoria de Justiça do Consumidor, contra escolas, por abusos nas mensalidades.

A Presidente da Apaerj, Carmelena Pereira, por sua vez, garante que os índices são corretos e que a discussão tem apenas o objetivo de enganar a opinião pública. Segundo Paulo Sampaio, a Apaerj assinou uma tabela com os índices reais, mas afixou outra, com outros valores, no hall dos elevadores da Curadoria de Justiça.

— Os pais vão ao hall dos elevadores da sede da Curadoria e copiam índices menores — diz ele, considerando como corretos os seguintes fatores, que devem ser multiplicados sobre as mensalidades de dezembro do ano passado: 1.5400 em janeiro;

1.6815 em fevereiro; 2.2693 em março; 3.9280 em abril e 4.5639 em maio.

Para Carmelena Pereira, a divergência ocorre pelo fato de o acordo só permitir o repasse às mensalidades de reajustes salariais homologados, o que até agora não aconteceu com os auxiliares de administração escolar.

— Não há acordo e por isso o reajuste de salários não pode ser repassado às mensalidades — diz ela, defendendo os fatores divulgados pela Apaerj: 1.540 em janeiro; 1.682 em fevereiro; 1.954 em março; 2.270 em abril e 3.929 em maio.

● **NOVA DATA** — Foi adiada para a próxima semana a audiência entre representantes de pais de alunos e os responsáveis pelo Serviço de Proteção ao Crédito do Estudante (SPCE), na Defensoria Pública dos Consumidores. O sócio-gerente do SPCE, Gérson Christóforo, disse que não conseguiu adiar seus compromissos. Os representantes da Associação de Pais de Alunos do Estado do Rio de Janeiro (Apaerj) aproveitaram para acusar o SPCE, uma firma particular, de fornecer a cerca de 300 escolas um cadastro de alunos e pais de alunos considerados maus pagadores.

Estudantes da USU recusam-se a pagar

Os estudantes da Universidade Santa Ursula (USU), em Botafogo, vão continuar depositando em caderneta de poupança as mensalidades que, segundo o Coordenador do Diretório Central dos Estudantes, William Campos, foram aumentadas em índices acima dos permitidos pela lei. Ele afirmou que o Conselho Estadual de Educação terá que se pronunciar sobre a legalidade da aplicação de correção de defasagem no cálculo das mensalidades da USU.

Já o Vice-Reitor, professor Antônio Braga Coscarelli, disse que tais decisões não têm o apoio da maior parte dos estudantes e que um número reduzido deles participa das assembleias. Segundo Coscarelli, poucos alunos não estão pagando as mensalidades dentro dos prazos estipulados, e a prova disso é que a Universidade tem conseguido se manter, até este mês, sem sentir os efeitos da suspensão de pagamentos. Ele garantiu que as mensalidades foram reajustadas corretamente.